

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

42 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (semana de 1 a 5/6/2020):

1. QFP 2021-27 E FUNDO DE RECUPERAÇÃO NEXT GENERATION EU	1
2. POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM E POLÍTICA COMUM DE PESCAS	1
3. BCE DECISÕES DE POLÍTICA MONETÁRIA	3
4. COMISSÃO EUROPEIA CONSULTA SOBRE SALÁRIO MÍNIMO EUROPEU	3
5. BREXIT	4
6. LEGISLAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DIGITAIS CONSULTA PÚBLICA	4
7. APLICAÇÕES DE RASTREIO DE CONTACTOS COVID-19	5
8. LEGISLAR MELHOR PRÁTICAS NOS PARLAMENTOS NACIONAIS	5
9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	5
Reunião por videoconferência dos Ministros do Desporto	5
Reunião por videoconferência dos Ministros da Justiça	6
Reunião por videoconferência dos Ministros dos Transportes	6
Reunião por videoconferência dos Ministros da Administração Interna	6
Reunião por videoconferência dos Ministros das Telecomunicações	6
10. PRESIDÊNCIA ALEMÃ DO CONSELHO DA UE	6
11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	7
Parlamento Europeu	7
Comissão Europeia	7
Conselho da União Europeia	7

1. QFP 2021-27 E FUNDO DE RECUPERAÇÃO NEXT GENERATION EU

Após a apresentação, pela [Comissão Europeia](#), das suas [propostas](#) para o [plano de recuperação](#) e a proposta revista sobre [o orçamento da UE \(Quadro Financeiro Plurianual 2021-27\)](#) na passada semana, o porta-voz do Presidente do Conselho Europeu deu [nota de que o Conselho Europeu de 18 e 19 de junho será realizado por videoconferência](#). Esta reunião deverá servir para uma **primeira troca de impressões** entre os líderes sobre estas propostas, preparando o terreno para uma (ou duas) nova reunião do Conselho a realizar **presencialmente** em julho.

Entretanto, começam a surgir as primeiras análises detalhadas das [propostas da Comissão](#)¹. Além desta [análise do Político sobre o impacto da crise em termos de dívida pública](#), destacamos um trabalho do Instituto Bruegel, intitulado [An uncompromising budget](#), que identifica as principais vantagens e limitações do plano de recuperação, destacando-se o **Mecanismo de Recuperação e Resiliência**, que canalizará cerca de $\frac{2}{3}$ das subvenções (440 mil milhões), sendo o resto disponibilizado através de programas do orçamento da UE.

Por outro lado, refere-se que o [Next Generation EU](#) visa a **estabilização macroeconómica**, algo importante para muitos Estados-Membros (como Portugal), mas promovendo a tradição ecológica e digital, destacando-se o importante reforço do [Fundo para a Transição Justa](#) (de 10 para 40 mil milhões de euros) ou os aumentos na coesão através do [REACT-EU](#), com mais 5 milhões em 2020 e mais 50 mil milhões em 2021-22.

Do lado das **limitações**, assinala-se a oportunidade perdida de reformar o orçamento da UE, nomeadamente em áreas como a Política Agrícola Comum (PAC, cfr. ponto 2) e a manutenção dos [rebates](#).

Table 2: Expected annual breakdown of the Recovery and Resilience Facility disbursements

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Later years
Grants - Commitments	39%	40%	10%	10%	0%	0%	0%	
Grants - Payments	6%	16%	23%	26%	18%	8%	3%	1%
Loans - Commitments	50%	50%						
Loans - Payments	15%	28%	25%	23%	10%			

Source: The table on page 40 of regulation proposal COM(2020) 408 final.

Note: This facility is proposed to include €310 billion grants and €250 billion loans (at 2018 constant prices).

Share



2. POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM E POLÍTICA COMUM DE PESCAS

No âmbito da discussão em torno das linhas principais dos QFP 2021-27 e do fundo de recuperação, importa igualmente dar nota de que a Comissão Europeia [apresentou propostas significativas para reforçar os fundos disponíveis para apoiar os agricultores e as zonas rurais, assim como o setor das pescas](#).

No que diz respeito à [PAC](#), e no âmbito da *Next Generation EU*, a Comissão propõe **reforçar o orçamento do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural em 15 mil milhões de EUR (16,5 mil milhões de EUR a preços correntes)** para apoiar as zonas rurais nas mutações

¹ Recordamos que toda a legislação proposta está disponível [aqui](#), bem como todos os [regulamentos setoriais](#).

estruturais [alinhadas com o Pacto Ecológico Europeu](#) e com as novas estratégias «do prado ao prato» e de biodiversidade (cfr. [Síntese n.º 40](#)).

O QFP 2021-2027 prevê que o **Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) da PAC seja reforçado em 4 mil milhões de EUR** (4,5 mil milhões de EUR a preços correntes), e o seu **Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) em 5 mil milhões de EUR** (5,6 mil milhões de EUR a preços correntes). Além disso, a Comissão propôs aumentar o orçamento do Horizonte Europa para 94,4 mil milhões de EUR, a fim de reforçar o apoio europeu às atividades de investigação e inovação relacionadas com a saúde e o clima.

Esta [proposta revista de QFP apresentada em 27 de maio de 2020](#) pela Comissão propõe um **financiamento total para a PAC de 348,3 mil milhões de EUR**, a preços constantes (391,4 mil milhões de EUR a preços correntes).

Resumo da dotação proposta da PAC para 2021-2027

(em milhões de EUR)	Preços correntes	Preços de 2018
FEAGA	290 702	258 251
FEADER	84 255	75 013
FEADER – Next Generation EU	16 483	15 000
TOTAL	391 440	348 264

A proposta revista de QFP para a [PAC após 2020](#), no montante de 391,4 mil milhões de EUR a preços correntes, representa, por conseguinte, um **aumento de 7 % relativamente à proposta de 2018 de 365 mil milhões de EUR e um aumento de 2 % relativamente ao cenário de base (ou seja, manter a dotação da UE-27 para 2020 aos níveis atuais no período 2021-2027)**, correspondendo, a preços de 2018, a 348,3 mil milhões de EUR, ou seja, igualmente um aumento de 7 % relativamente à proposta de 2018 de 324,3 mil milhões de EUR e um aumento de 2 % relativamente ao cenário de base (ou seja, manter a dotação da UE-27 para 2020 aos níveis atuais no período 2021-2027).

Os Estados-Membros terão, ainda, a possibilidade de **transferir até 15 % das suas dotações da PAC entre pagamentos diretos e desenvolvimento rural**, permitindo-lhes assim adaptar melhor a política às suas prioridades no domínio do setor agrícola. As **taxas de cofinanciamento aplicáveis ao desenvolvimento rural** no quadro da proposta revista continuam a ser as propostas de maio de 2018: **70 %** para as regiões menos desenvolvidas, POSEI e as ilhas do mar Egeu; **43 %** para as outras regiões; **65 %** para o apoio agroambiental; **80 %** para determinado apoio ao desenvolvimento rural (por exemplo, LEADER); **100 %** para os montantes transferidos dos pagamentos diretos.

Por outro lado, e no que diz respeito ao financiamento do [Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas \(FEAMP\)](#) no período 2021-2027, este será reforçado em 500 milhões de EUR para consolidar a resiliência do setor das pescas e proporcionar a abrangência necessária para a gestão de crises, um aumento de mais de 8 % em relação à proposta inicial da Comissão.

3. BCE | DECISÕES DE POLÍTICA MONETÁRIA

O Banco Central Europeu reforçou, esta semana, a dimensão da sua [intervenção em termos de política monetária](#) no contexto do [programa de compra de ativos devido a emergência pandémica \(pandemic emergency purchase programme – PEPP\)](#):

- 1) A **dotação do PEPP será aumentada em 600 mil milhões de euros, passando para um total de 1350 mil milhões de euros**. A revisão em baixa da inflação ao longo do horizonte de projeção permite que a expansão do PEPP reduza ainda mais a restritividade da orientação geral da política monetária, apoiando as condições de financiamento na economia real, especialmente para as empresas e as famílias;
- 2) O **horizonte das aquisições líquidas ao abrigo do PEPP será alargado, no mínimo, até ao final de junho de 2021**. De todo o modo, o BCE procederá a aquisições líquidas de ativos no âmbito do PEPP até considerar que o período de crise do coronavírus terminou;
- 3) Os pagamentos de capital dos títulos vencidos adquiridos no contexto do PEPP serão reinvestidos, pelo menos, até ao final de 2022.
- 4) As **aquisições líquidas no contexto do programa de compra de ativos (APP) prosseguirão a um ritmo mensal de 20 mil milhões de euros**, a par das aquisições ao abrigo da dotação temporária adicional de 120 mil milhões de euros até ao final do ano. Tal decorrerá enquanto for necessário para reforçar o impacto acomodatório das suas taxas diretoras;
- 5) Os **reinvestimentos dos pagamentos de capital dos títulos vencidos** adquiridos no âmbito do APP prosseguirão, integralmente, durante um período prolongado após a data em que o BCE comece a aumentar as taxas de juro diretoras e enquanto for necessário para manter condições de liquidez favoráveis e um nível amplo de acomodação monetária;
- 6) A taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento e as taxas de juro aplicáveis à facilidade permanente de cedência de liquidez e à facilidade permanente de depósito permanecerão inalteradas em 0,00%, 0,25% e -0,50%, respetivamente.

4. COMISSÃO EUROPEIA | CONSULTA SOBRE SALÁRIO MÍNIMO EUROPEU

Nas suas [Orientações Políticas](#), a Presidente da Comissão comprometeu-se a **apresentar um instrumento jurídico para garantir que todos os trabalhadores na União estejam salvaguardados por um salário mínimo justo**. No âmbito da Comunicação «[Uma Europa social forte para transições justa](#)», a Comissão lançou, em 14 de janeiro de 2020, a [primeira fase de consulta dos parceiros sociais](#), que terminou em 25 de fevereiro, tendo recebido 23 respostas de parceiros sociais europeus. A Comissão concluiu ser necessária uma ação da UE, tendo lançado, esta semana, a [Segunda fase de consulta dos parceiros sociais](#), até [20 de novembro](#).

A [Comissão nota que não haverá um salário mínimo único](#) e que qualquer potencial proposta a apresentar refletirá as **tradições nacionais**, sejam elas convenções coletivas ou disposições jurídicas, favorecendo a aplicação do princípio 6 do [Pilar Europeu dos Direitos Sociais](#) que incide sobre os salários, área de responsabilidade partilhada dos Estados-Membros, dos parceiros sociais e das instituições da UE. Esta matéria é de particular relevância para **Portugal**, pois a Comissão lançou um amplo debate sobre um **futuro plano de ação para a plena implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, a apresentar no início de 2021**, durante a Presidência portuguesa do Conselho da UE, estando prevista para maio a **realização de uma Cimeira Social da UE**.

5. BREXIT

Na semana que passou, teve lugar a **4.ª ronda negocial sobre a relação futura entre a UE e o Reino Unido (RU)**, cuja agenda está [disponível](#). Um dos pontos centrais das discussões é a **questão das pescas** (para uma visão de conjunto desta problemática, sugere-se esta [análise detalhada](#)): para a UE, tem de **fazer parte do acervo de um acordo comercial global**, sendo que o Reino Unido considera que são negociações paralelas, mas distintas. Outro ponto central nas negociações é a questão do **Protocolo da Irlanda do Norte**, bem como a questão das **ajudas de Estado**. Como demos nota na [Síntese n.º 40](#), existem divergências de fundo sobre a interpretação do mandato negocial que consta da Declaração Política, tendo Michel Barnier, na [conferência de imprensa após esta ronda negocial](#), feito declarações muito fortes sobre a **intenção britânica de reabrir algumas das questões de princípio acordadas**.

A biblioteca da Câmara dos Comuns [publicou](#) um [relatório abrangente sobre o projeto de Tratado de Parceria entre a UE e o RU](#), visando uma compreensão objetiva desta negociação. Além disso, e no âmbito de um [debate realizado a 4 de junho](#) sobre uma [moção](#) da Comissão de Escrutínio Europeu relativa ao mandato negocial do Governo e a necessidade de envolvimento do Parlamento, a Biblioteca disponibilizou ainda um [pacote informativo sobre o ponto de situação das negociações](#).

Recorde-se que, em junho (previsivelmente na última semana), terá lugar uma **Conferência de Alto Nível** entre as duas partes para fazer o balanço destas negociações, sendo o dia 1 de julho a data-limite para ser [acordada uma eventual prorrogação do período de transição](#) previsto no [Acordo de Saída](#), que termina a 31 de dezembro de 2020. Se não houver sucesso nas negociações, a UE tem previsto [um cenário de saída sem acordo](#).

6. LEGISLAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DIGITAIS | CONSULTA PÚBLICA

A Comissão lançou esta semana uma [consulta pública sobre a legislação no domínio dos serviços digitais](#), uma das prioridades das suas [orientações políticas](#) e que consta da Comunicação «[Construir o futuro digital da Europa](#)», de 19 de fevereiro. O [quadro jurídico aplicável aos serviços digitais](#) ter permanecido inalterado desde 2000 ([Diretiva Comércio Eletrónico](#)). Por conseguinte, esta [consulta](#) visa recolher, até 8 de setembro, opiniões, provas e dados junto dos cidadãos, empresas, plataformas em linha, meios académicos, sociedade civil e restantes partes interessadas para ajudar na fundamentação das futuras propostas legislativas para os serviços digitais. A Comissão disponibilizou uma interessante brochura sobre [Como as plataformas online influenciam a nossa vida e negócios](#).

A consulta abrange duas vertentes de trabalho [anunciadas](#) pela Comissão²:

- i) **Princípios fundamentais da Diretiva Comércio Eletrónico**: liberdade de prestação de serviços digitais em todo o mercado único europeu, em conformidade com as regras do local de estabelecimento, e limitação alargada da responsabilidade pelos conteúdos criados pelos utilizadores. Trata-se de estabelecer regras mais claras e modernas relativamente ao papel e às obrigações dos intermediários na Internet, incluindo os de países terceiros a operar na UE;
- ii) **Condições de concorrência nos mercados digitais europeus**, onde algumas grandes plataformas em linha atuam como **guardiães do acesso**: criar regras para corrigir estes

² A Comissão formulou orientações gerais para as plataformas em linha e para os Estados-Membros no combate aos conteúdos ilegais na Internet numa [comunicação](#) de 2017 e numa [recomendação](#) de 2018. A adoção do [Regulamento sobre as relações entre as plataformas e as empresas](#) (em vigor a partir de julho), estabelece as bases para um ambiente empresarial equitativo e, transparente para as empresas e os negócios de menor dimensão nas plataformas em linha.

desequilíbrios do mercado, garantir que os consumidores têm a maior escolha possível e que o mercado único dos serviços digitais da UE continua a ser competitivo e aberto à inovação. Poderá implicar regras gerais adicionais para todas as plataformas com determinada dimensão, nomeadamente em matéria de auto favorecimento, e/ou de obrigações regulamentares individualizadas para guardiães de acesso específicos (acesso a dados não pessoais, requisitos específicos de portabilidade dos dados pessoais ou exigências em matéria de interoperabilidade).

A Comissão disponibilizou uma [página dedicada à legislação sobre serviços digitais](#), bem como [as avaliações de impacto iniciais dos aspetos ligados ao comércio eletrónico](#), os [Instrumentos ex ante – Avaliação de impacto inicial](#), além da avaliação de impacto do [Novo instrumento de concorrência](#). O PE disponibilizou um [estudo sobre as oportunidades e desafios da legislação sobre Serviços Digitais](#), com várias referências pertinentes que importa analisar.

Uma nota final neste domínio digital, para destacar que, na semana que passou, os Ministros da Economia de Alemanha e França fizeram **um ponto de situação sobre o projeto GAIA-X**, cuja [ambição](#) é criar uma [plataforma europeia de computação em nuvem](#). O [GAIA-X](#) será lançado como uma organização sem fins lucrativos em Bruxelas, tendo em vista a adesão de um número mais expressivo de Estados-Membros e, eventualmente, vir a tornar-se um projeto da UE.

7. APLICAÇÕES DE RASTREIO DE CONTACTOS | COVID-19

Ainda que a coordenação da interoperabilidade destas aplicações seja [responsabilidade da Comissão Europeia](#), o seu desenvolvimento é competência nacional. Por conseguinte, o PE disponibilizou esta semana um [estudo sobre os desenvolvimentos técnicos destas apps a nível nacional](#) e a interoperabilidade ao nível da UE.

8. LEGISLAR MELHOR | PRÁTICAS NOS PARLAMENTOS NACIONAIS

As **avaliações de impacto ex-ante** e as **avaliações ex-post** são ferramentas que servem de auxílio ao processo de formulação de políticas públicas. Ainda que a *Better Regulation* seja tradicionalmente considerada como uma prerrogativa dos executivos, os Parlamentos têm assumido, gradualmente, um papel de maior relevo neste domínio. O PE **publicou esta semana um estudo sobre as práticas em vigor nos 27 Parlamentos da UE**, mapeando as respetivas capacidades, identificando padrões e tendências bastante distintos.

9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Reunião por videoconferência dos Ministros do Desporto

Realizada a [2 de junho](#), tendo debatido o impacto da pandemia de COVID-19 no setor do desporto a curto, médio e longo prazo, com o objetivo de criar resiliência face a desenvolvimentos futuros imprevisíveis. Os ministros concordaram que todas as atividades desportivas deverão ser retomadas em condições de segurança e destacaram a importância socioeconómica do setor do desporto. A Presidência croata publicou uma síntese com os [resultados da reunião](#).

Reunião por videoconferência dos Ministros da Justiça

Teve lugar a [4 de junho](#), para debater o projeto de regulamento relativo às cessões de créditos e a extradição de cidadãos da UE para países terceiros. Serão igualmente informados sobre o impacto da COVID-19 no domínio da justiça, sobre as negociações internacionais em curso acerca dos meios de prova eletrónicos e sobre o ponto da situação da criação da Procuradoria Europeia.

Reunião por videoconferência dos Ministros dos Transportes

Os Ministros reuniram-se a [4 de junho](#), para debater a recuperação sustentável e digital do setor após a COVID-19, e a necessidade de uma abordagem coordenada no levantamento de medidas. 23 Estados-Membros, entre os quais Portugal, [assinaram uma declaração apelando à criação de uma plataforma que facilite a cooperação entre Estados-Membros e não membros nos serviços ferroviários de passageiros](#). A Presidência disponibilizou uma [síntese dos trabalhos](#).

Reunião por videoconferência dos Ministros da Administração Interna

Reunidos a [5 de junho](#), os ministros debateram os controlos nas fronteiras internas e à livre circulação de pessoas, nomeadamente o levantamento de restrições de forma coordenada. Além disso, foi discutido até quando deverão ser mantidas as restrições de viagem da UE no que respeita à entrada de nacionais de países terceiros.

Reunião por videoconferência dos Ministros das Telecomunicações

Teve lugar a [5 de junho](#), dedicada às prioridades para o setor digital, bem como aos ensinamentos retirados durante a crise de COVID-19. Os Ministros debateram a competitividade global e a soberania digital da UE, as propostas legislativas sobre privacidade eletrónica e centros de competências em cibersegurança, as aplicações rastreio de contactos e a segurança das redes 5G.

10. PRESIDÊNCIA ALEMÃ DO CONSELHO DA UE

O Representante Permanente da Alemanha junto da UE, [Embaixador Michael Clauss](#), apresentou esta semana, num [evento do The European Policy Centre](#), as prioridades da Presidência alemã do Conselho da UE, que se inicia a 1 de julho. Referiu que a Presidência terá três fases:

- 1. Chegar a acordo sobre o QFP 2021-27 e sobre o fundo de recuperação até final de julho**, o que considerou “*difícil, mas possível*”, identificando as dificuldades: volume do QFP, o tipo de apoio do fundo de recuperação (subvenções vs. empréstimos) e os recursos próprios;
- 2. Relação futura com o Reino Unido**, manifestando esperança de que possa haver um acordo para ser endossado no Conselho Europeu de outubro, mas referindo que o RU “*deverá adotar uma abordagem mais realista*” e que “*Brexit consumirá grande parte da atenção política em setembro e outubro*”.

Considerou que o sucesso da Presidência alemã depende do acordo sobre estas duas matérias.

3. Migrações e Pacto Ecológico Europeu: manifestou expectativa de que a proposta da Comissão para um novo Pacto sobre Migrações e Asilo, que deverá ser apresentado no final de junho, possa ser uma boa base negocial e, ainda que não seja expectável que a Presidência alemã encerre este dossiê, considerou que é possível obter acordo para um roteiro político para as negociações (o que terá direto impacto na Presidência portuguesa da UE).

Finalmente, e no que diz respeito à **Conferência sobre o Futuro da Europa**, referiu que é importante para a Alemanha, mas que a data do seu lançamento ainda não está decidida, afirmando que “se vê com dificuldades como possa iniciar-se antes de a pandemia terminar”. Referiu que, a partir de setembro, as reuniões de natureza política realizar-se-ão fisicamente, com as regras de distanciamento social, mas que a Presidência alemã apenas poderá realizar 30% dos eventos inicialmente previstos.

11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A [próxima semana](#) terá trabalhos das Comissões, sendo de destacar a presença da Presidência croata na [Comissão de Assuntos Constitucionais \(AFCO\)](#) para debater a **Conferência sobre o Futuro da Europa** (8 de junho), o **diálogo monetário** com a Presidente do BCE na [Comissão de Assuntos Económicos e Monetários](#) (ECON, 8 de junho) e o **diálogo estruturado** com a Comissária Elisa Ferreira na [Comissão de Desenvolvimento Regional \(REGI\)](#), 8 de junho).

Comissão Europeia

A próxima reunião formal do Colégio está [agendada para 10 de junho](#), estando prevista a adoção de uma comunicação sobre a **desinformação no contexto da pandemia COVID-19**.

Conselho da União Europeia

- 8 de junho: [Videoconferência dos Ministros da Agricultura](#) e
- 8 de junho: [Videoconferência dos Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento](#)
- 9 de junho: [Videoconferência dos Ministros do Emprego e Assuntos Sociais](#)
- 9 de junho: [Videoconferência dos Ministros da Economia e Finanças](#)
- 9 de junho: [Videoconferência dos Ministros do Comércio internacional](#)
- 11 de junho: [Eurogrupo](#)
- 12 de junho: [Videoconferência dos Ministros da Saúde](#)
- 12 de junho: [Videoconferência dos Ministros responsáveis pelo mercado interno e indústria](#)